

2026-2029

AGENDA TRANSVERSAL

PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES
DE JUNCO DO SERIDÓ - PARAÍBA

JUNTOS POR UMA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
MAIS PROTEGIDA, SAUDÁVEL E COM MAIS OPORTUNIDADES



PREFEITURA MUNICIPAL DE

**JUNCO
DO SERIDÓ**

Equipe Intersetorial do SELO-UNICEF

Representantes das Secretarias

Educação

Mariana de Medeiros
Nóbrega
Secretária de Educação

Saúde

Arthur Araújo
G. da Nóbrega
Secretário de Saúde

Assistência Social

Valdênia de Almeida Rodrigues
Secretária de Assistência Social
e Cidadania

Equipe Técnica Intersetorial

Alízia Maria de Lima Medeiros - Mobilizadora da Educação

Elaine Azevedo - Mobilizadora de Água, Saneamento, Higiene e Resiliência Climática

Elayne Maria Santos de Medeiros - Presidente do CMDCA

Igor Nóbrega de Medeiros - Referência do PPA Municipal

Ioneide Ângela Calixto de Sousa - Mobilizadora de Equidade Étnico-Racial

Luane Vieira Couto - Mobilizadora de Saúde e Nutrição

Polliana Lima Gomes de Medeiros - Mobilizadora da Proteção Social

Rayandino Cândido da Silva - Articulador do Selo-UNICEF

Roberto Nascimento Vitorino - Mobilizador do NUCA

Rosângela Ferreira de Abreu - Mobilizadora de Proteção Contra as Violências

Gestores Municipais

Paulo Neide Melo Fragoso - Prefeito Constitucional

José Clênio da Nóbrega - Vice-Prefeito





03 Apresentação

04 Sumário Executivo

05 Definições e objetivos

05 Metodologia e Organização

07 Estrutura da Agenda Transversal

07 Crianças e Adolescentes

07 Proteção Integral e prevenção das violências

08 Desenvolvimento social e protagonismo juvenil

10 Da Política Pública da Agenda Transversal

10 Política Pública de Educação

14 Política Pública de Assistência Social

22 Política Pública de Saúde

28 Matriz de Integração

30 Monitoramento e Avaliação

32 Considerações Finais

Referências

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A Agenda Transversal para Crianças e Adolescentes de Junco do Seridó – PB organiza, em uma mesma leitura de planejamento público, as políticas e ações que contribuem para a garantia de direitos, a proteção integral e o desenvolvimento de crianças e adolescentes no município. Sua função é aproximar planejamento, orçamento, execução e monitoramento, tornando mais visível a contribuição de cada política pública e os pontos em que a atuação conjunta é necessária.

A presente Agenda parte de referências nacionais de planejamento transversal, especialmente da experiência metodológica do Ministério do Planejamento e Orçamento, mas foi adaptada à realidade de Junco do Seridó. Para isso, reúne o Plano Plurianual 2026–2029, os planos setoriais, os indicadores disponíveis e as informações encaminhadas pelas Secretarias Municipais.

As três políticas públicas centrais desta Agenda são Educação, Assistência Social e Saúde. A partir delas, são evidenciadas dimensões intersetoriais relacionadas à primeira infância, proteção integral, permanência escolar, prevenção na adolescência e participação juvenil, sem limitar a contribuição de outras áreas do município.

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Agenda reúne ações do planejamento municipal que afetam, de forma direta ou indireta, a vida de crianças e adolescentes. Para esta consolidação, parte-se de uma população municipal estimada em 6.793 habitantes e de aproximadamente 1.990 pessoas de 0 a 19 anos, conforme a Linha de Base do Selo UNICEF e os indicadores do IBGE. Os dados coletados das áreas da Educação, Saúde e Assistência Social ajudam a mostrar, com mais clareza, onde estão os avanços, quais são os principais pontos de atenção e onde a atuação conjunta ainda precisa ser fortalecida.

Na Educação, o diagnóstico registra cinco escolas municipais, 892 alunos em 2026 e 1.285 matrículas considerando as redes municipal, estadual e particular. O atendimento de 4 a 5 anos chega a 100,6%, enquanto a faixa de 0 a 3 anos registra 35,6%, abaixo da meta de 50%. Também aparecem 66 estudantes de 4 a 17 anos com deficiência, 265 estudantes atendidos pelo transporte escolar e 86 professores, dos quais 60 possuem pós-graduação. Na Assistência Social, o RMA de julho de 2026 registra 24 crianças de 0 a 6 anos, 43 de 7 a 14 e 32 de 15 a 17 anos no recorte informado; o PAIF registra 520 famílias acompanhadas e o SCFV reúne cerca de 355 usuários. Em 2025 foram registradas 886 concessões de benefícios eventuais. Na Saúde, a rede conta com três UBS, 2.043 usuários/atendimentos no recorte informado, 1.870 estudantes alcançados pelo Programa Saúde na Escola e ações específicas de vacinação, saúde sexual e reprodutiva e saúde mental. Esses dados permitem que a Agenda parta de situações concretas, sem perder de vista as lacunas que ainda dependem de atualização.

Entre os indicadores mais recentes, a cobertura informada para 2026 foi de 89,32% para HPV e 81,25% para poliomielite; para 2025, a cobertura de poliomielite registrada foi de 87,84%, tendo 95% como referência. Em saúde mental, a rede registrou 248 participantes em ações de promoção e 490 atendimentos individuais de crianças de 1 a 14 anos em 2025; de janeiro a setembro de 2026, foram 37 participantes e 286 atendimentos individuais. Também foram registradas nove ações educativas sobre saúde sexual e reprodutiva entre 2025 e 2026. Em 2025, o município contabilizou 15 nascidos vivos de mães adolescentes, sendo 1 na faixa de 10 a 14 anos e 14 na faixa de 15 a 19 anos. Os números orientam as prioridades da Agenda, mas devem continuar sendo atualizados nos sistemas e registros oficiais.

1. DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DAS AGENDAS TRANSVERSAIS

No planejamento público municipal, a Agenda Transversal é o instrumento que reúne ações de diferentes áreas quando elas contribuem para um mesmo público ou objetivo. No caso de Junco do Seridó, a proposta é organizar, em um só lugar, as iniciativas que afetam crianças e adolescentes e tornar mais clara a responsabilidade compartilhada entre as políticas públicas.

Em Junco do Seridó, a Agenda toma como referência o PPA 2026–2029 e os instrumentos setoriais do município para identificar ações, metas, indicadores e recursos que tenham impacto direto ou indireto sobre a infância e a adolescência. A ideia não é criar uma política paralela, mas facilitar a leitura conjunta do que já está planejado.

A organização da Agenda Transversal possibilita ao Município:

- *Identificar prioridades relacionadas à infância e adolescência;*
- *fortalecer a articulação intersetorial entre secretarias;*
- *ampliar a capacidade de monitoramento das políticas públicas;*
 - *qualificar a leitura do orçamento público;*
- *acompanhar indicadores sociais e resultados das ações governamentais;*
- *promover maior efetividade das políticas públicas voltadas à garantia de direitos.*

A Agenda Transversal para Crianças e Adolescentes está alinhada às diretrizes constitucionais da proteção integral, ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, à Lei nº 13.257/2016 (Marco Legal da Primeira Infância), às normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, ao Plano Municipal pela Primeira Infância e às orientações metodológicas do Selo UNICEF.

Além disso, a Agenda encontra-se alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, especialmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, educação de qualidade, redução das desigualdades e promoção de instituições eficazes e inclusivas.

A implementação depende de uma governança simples e compartilhada: as secretarias responsáveis pelas ações atualizam seus dados, o planejamento consolida as informações e o CMDCA acompanha os resultados e exerce o controle social durante a vigência do PPA 2026–2029.

1.1 METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO

A Agenda foi estruturada a partir de uma lógica de transversalidade: as ações são identificadas não apenas pela secretaria responsável, mas também pelo impacto que produzem sobre a garantia de direitos de crianças e adolescentes. O método considera como unidade central de organização o vínculo entre problema, programa, objetivo, ação, entrega,

indicador, meta e, quando disponível, valor orçamentário, permitindo relacionar planejamento e resultados esperados.

Para contextualizar a Agenda, foram cruzadas fontes públicas e documentos municipais com as respostas encaminhadas pelas Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social no banco de dados do diagnóstico situacional. Entre as referências utilizadas estão IBGE, UNICEF, Ministério da Saúde, SINASC, Plano Plurianual 2026–2029, Plano Municipal de Educação, Plano Municipal de Saúde, Plano Municipal de Assistência Social, Relatórios Mensais de Atividades (RMA), Sistema Municipal de Informação VSUAS/CRAS-PAIF e Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto. No campo educacional, o PME também informa o uso de dados do Censo 2022, indicadores do MEC/INEP e do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024. Também foram considerados os painéis e sistemas expressamente indicados pelas áreas, como SEIDIGI/Cobertura Vacinal, SIAPS, e-Gestor APS, DATASUS e Programa Saúde na Escola. Cada dado incorporado foi associado ao seu período e à fonte correspondente; quando a base apresentada não permite confirmar o indicador ou sua unidade de medida, a limitação é registrada no texto em vez de ser preenchida por estimativa.

Na leitura dos dados, é feita uma distinção importante entre o que está planejado e o que já foi executado. Os valores do PPA correspondem à previsão orçamentária para o período; a execução física e financeira só é apresentada como realizada quando existe registro específico que permita sua comprovação. Da mesma forma, respostas classificadas como não iniciadas ou em preenchimento não são transformadas em resultados. Esse cuidado é importante para que a Agenda mantenha coerência entre diagnóstico, fonte, período, meta e evidência disponível.

2. ESTRUTURA DA AGENDA TRANSVERSAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ – PB

A estrutura desta Agenda parte de três dimensões que ajudam a organizar a realidade local: a situação de crianças e adolescentes, a proteção integral e prevenção das violências e o desenvolvimento social com participação juvenil. Essas dimensões não substituem as políticas setoriais; elas mostram onde as ações se encontram e quais temas exigem resposta conjunta.

A leitura dos dados e das ações do PPA permite, assim, relacionar desafios concretos do município às respostas já previstas nas áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e políticas complementares, evitando tratar cada problema como responsabilidade de uma única secretaria.

2.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES – AGENDA TRANSVERSAL

Nesta dimensão, a Agenda parte de um ponto simples: crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e precisam ser considerados nas decisões de planejamento, orçamento e execução das políticas municipais. O art. 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente dão a base jurídica para essa prioridade.

No território de Junco do Seridó, essa prioridade se traduz em desafios concretos que atravessam diferentes áreas: manter a aprendizagem e a permanência escolar, ampliar o cuidado na primeira infância, fortalecer a proteção social, acompanhar a saúde e a nutrição e prevenir situações de violência e gravidez na adolescência. O diagnóstico também revela diferenças entre os territórios e etapas de atendimento. Na Educação, a faixa de 0 a 3 anos apresenta atendimento de 35,6%, enquanto 4 a 5 anos alcança 100,6%; na Assistência, registros de 2026 mostram presença de crianças e adolescentes nos serviços de proteção e acompanhamento familiar; e, na Saúde, persistem diferenças de cobertura entre os imunizantes. Esses dados ajudam a definir prioridades sem transformar a Agenda em uma lista genérica de intenções.

2.2 PROTEÇÃO INTEGRAL E PREVENÇÃO DAS VIOLÊNCIAS

A proteção integral depende de uma rede que reconheça cedo as situações de vulnerabilidade, encaminhe cada caso ao serviço adequado e acompanhe a resposta até que o direito seja efetivamente garantido. Por isso, este eixo trata menos de uma secretaria específica e mais do caminho que a informação percorre entre escola, saúde, assistência, Conselho Tutelar e demais órgãos da rede.

No município, essa rede reúne CRAS, SCFV, CREAS/PAEFI, Conselho Tutelar, CMDCA, unidades de saúde e escolas. O trabalho conjunto aparece em ações de busca ativa, acompanhamento familiar, encaminhamentos e estratégias de prevenção, além dos fluxos relacionados à escuta protegida e ao atendimento socioeducativo. O diagnóstico

intersetorial registra oito reuniões realizadas em 2025 e 2026 e identifica mecanismos de articulação entre as secretarias. No território, o RMA de 2025 aponta o Bairro Bela Vista, o Bairro Santa Edwrigens, Bairro Santo Antônio e a Comunidade Carneira como localidades com maior conjunto de vulnerabilidades intersetoriais.

A escola é um dos principais espaços de prevenção e identificação de violações; a saúde ajuda a reconhecer situações de risco no território; e a assistência organiza o acompanhamento familiar e a proteção social. Na prática, a articulação inclui Busca Ativa Escolar e Busca Ativa Vacinal, levantamento casa a casa realizado pelos Agentes Comunitários de Saúde e fluxos específicos para saúde mental, violência e escuta protegida. Para a saúde escolar, o Plano Municipal de Saúde prevê, entre suas metas, alcançar 50% dos escolares da rede municipal com escovação supervisionada, 50% com aplicação tópica de flúor e 80% das ações do Programa Saúde na Escola pactuadas.

2.3 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROTAGONISMO JUVENIL

Este eixo concentra as ações que ampliam as possibilidades de participação, convivência, expressão e desenvolvimento de adolescentes e jovens. A ideia é olhar para a juventude não apenas como público atendido, mas também como parte ativa das decisões e das ações comunitárias.

No município, isso significa garantir espaços em que adolescentes possam permanecer vinculados à escola, conviver, praticar esporte e cultura, participar de atividades coletivas e acessar informações e serviços de saúde e proteção quando necessário.

A ausência desses espaços pode ampliar vulnerabilidades, sobretudo quando se soma a dificuldades de permanência escolar, violência ou falta de perspectivas. Por isso, a Agenda relaciona participação juvenil, educação, esporte, cultura, assistência e saúde preventiva.

O Núcleo de Cidadania de Adolescentes – NUCA ocupa lugar central neste eixo por criar espaço contínuo de participação e mobilização juvenil. Sua atuação pode articular campanhas, ações comunitárias, atividades culturais e discussões sobre direitos, dando aos adolescentes oportunidade de propor, organizar e avaliar iniciativas do próprio município. No campo socioeducativo, o PMASE reforça essa perspectiva ao estabelecer a participação ativa do adolescente na construção do Plano Individual de Atendimento – PIA e ao relacionar escolarização, projeto de vida, autonomia e fortalecimento de vínculos.

A Semana da Juventude complementa esse movimento ao reunir esporte, cultura, educação, lazer e mobilização social. Em conjunto com o NUCA e o SCFV, ela amplia os espaços de convivência e participação e ajuda a aproximar adolescentes das políticas públicas municipais.

O esporte e a cultura ampliam as possibilidades de convivência e pertencimento. Na Saúde, ações de educação em saúde, prevenção da gravidez e das ISTs, saúde mental e cuidado integral ajudam a transformar participação em autonomia e acesso a direitos.

A Educação participa desse eixo principalmente ao garantir acesso, permanência e aprendizagem. As ações do PPA relacionadas ao ensino, transporte, alimentação, infraestrutura, atividades culturais e esportivas ajudam a criar condições para que adolescentes permaneçam vinculados à escola e encontrem outros espaços de desenvolvimento.

3. DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CENTRAIS DA AGENDA TRANSVERSAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE JUNCO DO SERIDÓ – PB

Nesta seção, a Agenda está organizada a partir de três políticas públicas centrais: Educação, Assistência Social e Saúde. Em cada um deles, o PPA é lido junto do diagnóstico municipal, relacionando problema, objetivo, ação, entrega, indicador, meta e, quando informado, valor orçamentário. As demais áreas aparecem como apoio intersetorial.

3.1 DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

3.1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

A Educação ocupa um lugar central na Agenda porque o acesso à escola, a aprendizagem, a permanência e a proteção dos estudantes caminham juntos. Em 2026, a rede municipal conta com cinco escolas: E.M.E.I.E.F.M. Santo Onofre, E.M.E.I.E.F. José Pereira de Melo – Integral, Creche Municipal Maria Letícia Feitoza Nascimento, E.M.E.I.E.F. Castelo Branco – Integral e E.M.E.I.E.F. José Mariano da Nóbrega. Três unidades estão na zona urbana e duas na zona rural; todas atendem à Educação Infantil e quatro também atendem ao Ensino Fundamental. A configuração da rede ajuda a compreender por que transporte, infraestrutura e atendimento territorial precisam ser analisados junto das matrículas.

Em 2026, as escolas municipais registram 892 alunos: 234 na Educação Infantil, 339 no Ensino Fundamental I e 347 no Ensino Fundamental II. Considerando as redes municipal, estadual e particular, o município chega a 1.285 matrículas; nesse conjunto, são 123 alunos em creche, 165 na pré-escola, 433 do 1º ao 5º ano e 347 do 6º ao 9º ano. Na rede estadual, o Ensino Médio registra 163 alunos no ensino integral da ECIT Ezequiel Fernandes e 54 na EJA. Os indicadores do PME apontam taxa de atendimento de 100,6% para crianças de 4 a 5 anos, 35,6% para a faixa de 0 a 3 anos e 82,9% para a população de 6 a 14 anos. O cenário mostra avanço no acesso a algumas etapas, mas também evidencia a necessidade de ampliar a oferta para a primeira infância e fortalecer permanência e aprendizagem.

A rede registra 979 dos 1.019 alunos dentro da idade regular e 80,08% das pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído, abaixo da meta de 95%. Também há 66 estudantes de 4 a 17 anos com deficiência frequentando a escola, todos registrados em classes comuns no indicador 4B, com AEE, Equipe Multidisciplinar e Coordenação de Educação Inclusiva. O transporte escolar atende 265 estudantes, especialmente da zona rural e de localidades como Carneira, Distrito Bom Jesus, Serra de Santana e Exú. Em relação aos profissionais, são 86 professores da educação básica, dos quais 60 possuem pós-graduação (69,76%), e 100% das docências estão registradas com formação superior compatível com a área de conhecimento. Entre as estratégias em andamento estão Busca Ativa Escolar, EJA, Educação em Tempo Integral, AEE, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Alfabetiza Mais Paraíba e ações de recuperação/recomposição das aprendizagens.

Na interface com a Saúde, o Plano Municipal de Saúde prevê metas para o Programa Saúde na Escola, incluindo 50% dos escolares da rede municipal com escovação supervisionada, 50% com aplicação tópica de flúor e 80% das ações do PSE pactuadas. A produção mais recente do PSE, registrada pela Secretaria de Saúde, alcançou 1.870 estudantes em seis escolas, mostrando que o planejamento educacional e as ações de saúde escolar podem ser acompanhados conjuntamente.

Com base nesse diagnóstico, a tabela seguinte reúne as ações do PPA que sustentam a rede educacional, da manutenção cotidiana à infraestrutura, equipamentos e expansão da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Os valores apresentados correspondem à previsão orçamentária do PPA, e não à execução financeira realizada.

Ação Governamental	Problema	Programa	Objetivo	Ação	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
1050 – Aquisição de veículos, maquinários, equipamentos e mobiliários para o Ensino Fundamental.	Necessidade de modernização e adequação dos espaços escolares para garantir melhores condições de aprendizagem.	Assegurar o funcionamento das atividades administrativas do poder executivo.	Equipar as escolas municipais com mobiliário, veículos e equipamentos adequados.	Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e mobiliário para o Ensino Fundamental.	Escolas equipadas e estrutura fortalecida.	Número de escolas beneficiadas.	Atender 100% das escolas municipais de Ensino Fundamental.	R\$ 1.368.170
2012 – Manutenção das atividades do Ensino Fundamental.	Necessidade de garantir o funcionamento regular das escolas e a oferta de ensino de qualidade.	Assegurar o funcionamento das atividades administrativas do poder executivo.	Assegurar a manutenção das atividades pedagógicas e administrativas do Ensino Fundamental.	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental.	Serviços educacionais ofertados regularmente.	Percentual de estudantes atendidos.	Garantir atendimento a 100% dos estudantes matriculados.	R\$ 60.977.452
1009 – Construção, ampliação e reforma do Ensino Fundamental.	Existência de necessidades estruturais nas unidades escolares.	Programa de assistência à educação.	Melhorar os espaços físicos das escolas para promover ambientes seguros e adequados.	Construção, ampliação e reforma de unidades do Ensino Fundamental.	Escolas ampliadas ou reformadas.	Número de obras executadas.	Executar as obras previstas no planejamento municipal.	R\$ 3.367.680
1074 – Aquisição e desapropriação de terrenos para construção de unidade de Ensino Fundamental	Necessidade de expansão da rede física de ensino para atender à demanda educacional.	Primeira Infância.	Disponibilizar áreas adequadas para construção de novas unidades escolares.	Aquisição/desapropriação de terrenos para construção de unidades do Ensino Fundamental.	Terrenos adquiridos para expansão da rede.	Número de terrenos adquiridos.	Garantir áreas para futuras ampliações da rede.	R\$ 91.020

Ação Governamental	Problema	Programa	Objetivo	Ação	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
5001 – Construção, ampliação e reforma de unidade educacional de Educação Infantil	Necessidade de ampliação e melhoria dos espaços destinados à Educação Infantil.	Primeira Infância.	Oferecer ambientes adequados para o desenvolvimento integral das crianças.	Construção, ampliação e reforma de unidades de Educação Infantil.	Creches e pré-escolas construídas, ampliadas ou reformadas.	Número de unidades beneficiadas.	Ampliar e qualificar a infraestrutura da Educação Infantil.	R\$ 3.788.637
5002 – Manutenção das atividades da Educação Infantil	Necessidade de garantir atendimento educacional de qualidade às crianças da Educação Infantil.	Primeira Infância.	Assegurar o funcionamento das unidades de Educação Infantil.	Manutenção das atividades da Educação Infantil.	Serviços educacionais ofertados regularmente.	Percentual de crianças atendidas.	Garantir atendimento a 100% das crianças matriculadas.	R\$ 15.009.913
5003 – Aquisição de veículos, maquinários, equipamentos e mobiliários para a Educação Infantil	Necessidade de equipar adequadamente as unidades de Educação Infantil.	Primeira Infância.	Disponibilizar equipamentos, mobiliário e transporte adequados às crianças.	Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e mobiliário para Educação Infantil.	Unidades equipadas e estruturadas.	Número de unidades beneficiadas.	Atender 100% das unidades de Educação Infantil.	R\$ 807.700
5005 – Aquisição e desapropriação de terrenos para construção de unidade educacional de Educação Infantil.	Necessidade de expansão da oferta de vagas na Educação Infantil.	Primeira Infância.	Disponibilizar áreas para construção de novas creches e pré-escolas.	Aquisição/desapropriação de terrenos para construção de unidades de Educação Infantil.	Terrenos adquiridos para expansão da rede.	Número de terrenos adquiridos.	Garantir áreas para futuras unidades de Educação Infantil.	R\$ 91.020

3.2 DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social participa da Agenda por meio da Proteção Social Básica e Especial, do CRAS, SCFV, CREAS/PAEFI, do FIA, do Cadastro Único, dos benefícios eventuais e das ações de acompanhamento familiar. O planejamento municipal prevê ampliar o atendimento nas comunidades rurais e no Distrito, fortalecer grupos de convivência e ampliar ações itinerantes. O PMAS identifica especialmente o Distrito Bom Jesus e a Comunidade da Carneira como áreas de atenção para a atuação do CREAS Itinerante.

No RMA de julho de 2026, o recorte informado registra 24 crianças de 0 a 6 anos, 43 de 7 a 14 anos e 32 adolescentes de 15 a 17 anos entre o público acompanhado. Para o PAIF, os registros do VSUAS/RMA apontam 520 famílias acompanhadas; o SCFV reúne cerca de 355 usuários segundo o PMAS, sendo 30 crianças de 0 a 5 anos, 290 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e 40 idosos. O RMA também registra o número 24 no campo de ações itinerantes do PAIF, abrangendo zona urbana, comunidades rurais como Carneira, Exú, Poço de Pedra e Serra de Santana e o Distrito Bom Jesus.

Em 2025, foram registradas 886 concessões de benefícios eventuais: 132 ajudas de custo, 181 auxílios-aluguel, 300 cestas básicas, 35 benefícios relacionados à energia e 238 benefícios de gás. Essas concessões não correspondem necessariamente ao número de pessoas atendidas, pois uma mesma família pode receber mais de um benefício. No mesmo diagnóstico, aparecem 60 beneficiários do Bolsa Dignidade, 40 famílias no Grupo Cuidando de Quem Cuida e 70 meninas no Grupo de Ballet. Para a primeira infância, o Programa Criança Feliz trabalha com a referência de 100 famílias e gestantes, com um supervisor e três visitantes.

O Projeto de Musicalização Dedilhando Cordas apresenta divergência entre as bases: o cadastro informado pela Secretaria registra 70 participantes, enquanto o PMAS registra cerca de 80 crianças, adolescentes e jovens e prevê novas turmas, com meta de 50. A Agenda adota os dados tal como aparecem nas fontes e registra a necessidade de validação do quantitativo. O controle social integra esse desenho: o CMAS possui 16 conselheiros, composição paritária e reuniões ordinárias mensais; em 15 de dezembro de 2025, aprovou o PMAS 2026–2029 pela Resolução nº 05/2025.

A equipe da política socioassistencial reúne 41 servidores no quadro detalhado do PMAS, sendo 29 efetivos e 12 comissionados, distribuídos entre CRAS, Central do CadÚnico, CREAS e Coordenadoria Municipal da Mulher. O plano prevê capacitação permanente e estruturação de recursos humanos. Na relação com as condicionalidades, o PMAS registra o acompanhamento das famílias em descumprimento e o Plano Municipal de Saúde estabelece metas anuais para ampliar a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Bolsa Família até 90%. A socioeducação possui marco próprio com o PMASE 2026–2036, que organiza Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade e prevê PIA, participação do adolescente e articulação com Educação, Saúde, Conselho Tutelar e Sistema de Justiça.

Ação Governamental (PPA)	Problema/necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
3002 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	Necessidade de fortalecimento do financiamento e da execução de ações, programas e projetos destinados à promoção, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Assegurar o funcionamento do FIA, viabilizando o financiamento de ações, projetos e programas voltados à proteção integral, ao desenvolvimento e à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.	Manter as atividades administrativas, financeiras e operacionais do FIA, incluindo apoio ao CMDCA, financiamento de projetos, capacitações, monitoramento e demais ações previstas na legislação; Programa Criança Feliz, Grupo Cuidando de Quem Cuida e Grupo de Ballet.	FIA mantido em funcionamento, com recursos geridos e aplicados em ações, programas e projetos voltados à promoção, proteção e garantia dos direitos.	Funcionamento do FIA e número de ações/projetos apoiados.	Garantir 100% do funcionamento do FIA e apoiar as ações e projetos previstos.	R\$ 98.400,00

Ação Governamental (PPA)	Problema/necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
3003 – MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROT. SOCIAL ESPECIAL (MÉDIA COMPLEX. – PAEFI)	Necessidade de garantir a continuidade dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial para atender indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com direitos violados ou ameaçados.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Assegurar a oferta contínua e qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Especial, conforme as diretrizes do SUAS.	Divulgação contínua dos serviços do CREAS; implantação do Projeto CREAS Itinerante; criação de grupos de convivência; implantação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto.	Serviços da Proteção Social Especial mantidos e ofertados de forma contínua, garantindo atendimento especializado.	Número de ações itinerantes do PAEFI e número de grupos de convivência implantados.	Ampliar as ações itinerantes do PAEFI para comunidades rurais e Distrito até o fim de 2026; implantar pelo menos 02 grupos de convivência.	R\$ 807.700,00
3004 – MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO PROT. SOCIAL BÁSICA (CRAS/SCFV ETC.)	Necessidade de assegurar a continuidade dos serviços da Proteção Social Básica para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Garantir a oferta contínua e qualificada dos serviços, programas, projetos e benefícios da Proteção Social Básica, conforme as diretrizes do SUAS.	Utilização do Prontuário Eletrônico do SUAS; acompanhamento de famílias em descumprimento das condicionalidades do Bolsa Família; acompanhamento pelo PAIF de beneficiários do BPC; novas turmas do Projeto Cordas e Música na Zona Rural; aquisição de transporte.	Serviços da Proteção Social Básica mantidos e executados de forma contínua, garantindo atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.	Número de ações itinerantes do PAIF; grupos de convivência para crianças e adolescentes; disponibilidade de transporte da equipe.	Ampliar ações itinerantes do PAIF até o fim de 2026; implantar pelo menos 02 grupos de convivência para crianças e adolescentes na Zona Rural; adquirir novo transporte para a equipe técnica.	R\$ 5.042.400,00

Ação Governamental (PPA)	Problema/necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
3005 – MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO GESTÃO CONTR. SOCIAL (CAD. ÚNICO – IGD/TRANSF. RENDA)	Necessidade de fortalecer a gestão e o controle social da política de assistência social, com acompanhamento da execução das ações e recursos públicos.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Fortalecer a gestão do CadÚnico/transferência de renda e as condições de participação e acompanhamento da política de assistência social.	Manter atividades administrativas e operacionais relacionadas ao CadÚnico, IGD e transferência de renda, bem como apoiar as instâncias de controle social.	Gestão do CadÚnico e dos instrumentos de transferência de renda mantida e articulada ao acompanhamento da política de assistência social.	Funcionamento das atividades de gestão e controle social apoiadas.	Manter as atividades previstas no PPA e fortalecer as condições de funcionamento das instâncias de gestão e controle social.	R\$ 329.709,00
3006 – MANUTENÇÃO ATIV. DO BLOCO GESTÃO DESC. E CONTR. SOCIAL SUAS (IGD/SUAS)	Necessidade de fortalecer a gestão descentralizada e o controle social do SUAS, ampliando o conhecimento da comunidade sobre o papel das instâncias de participação.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Fortalecer a gestão descentralizada do SUAS e as condições de participação e controle social.	Apoiar capacitações, reuniões, funcionamento das instâncias de controle social e demais atividades de gestão do SUAS.	Atividades de gestão e controle social do SUAS mantidas e apoiadas.	Número de atividades/reuniões/capacitações de gestão e controle social apoiadas.	Realizar e apoiar as atividades previstas para o funcionamento do controle social e da gestão do SUAS.	R\$ 81.180,00

Ação Governamental (PPA)	Problema/necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
3007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Vulnerabilidade e risco social de famílias e indivíduos decorrentes de pobreza, desemprego, insegurança alimentar, fragilização dos vínculos, violência e dificuldade de acesso a direitos e serviços públicos; necessidade de estruturação e qualificação das equipes.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Garantir a continuidade e a qualidade da oferta dos serviços socioassistenciais, promovendo proteção social, prevenção de riscos, fortalecimento dos vínculos e ampliação do acesso a direitos e benefícios.	Manutenção e fortalecimento dos serviços de Proteção Social Básica e Especial; equipamentos CRAS/CREAS; atendimento e acompanhamento; programas, projetos, serviços e benefícios; busca ativa; convivência familiar e comunitária; capacitação; manutenção estrutural e articulação intersetorial.	Rede e serviços socioassistenciais com condições adequadas de funcionamento e acompanhamento qualificado.	Continuidade da oferta dos serviços; estrutura e recursos humanos disponíveis; ações de qualificação realizadas.	Adequar os serviços socioassistenciais de acordo com a realidade da comunidade e qualificar o acompanhamento às famílias.	R\$ 5.955.960,00

Ação Governamental (PPA)	Problema/necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
3008 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Necessidade de garantir o funcionamento contínuo e adequado do CMAS, assegurando participação e controle social da política de assistência social.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Garantir o pleno funcionamento do CMAS, fortalecendo participação popular, controle social, transparência e acompanhamento da execução da política municipal.	Garantia das condições de funcionamento; reuniões; conferências; capacitação de conselheiros; acompanhamento e fiscalização; análise e deliberação; divulgação de deliberações; estímulo à participação da sociedade civil.	CMAS em funcionamento regular e fortalecido.	Número de reuniões, deliberações e atividades de controle social realizadas.	Manter o funcionamento regular do CMAS e suas atividades de controle social.	R\$ 36.080,00

Ação Governamental (PPA)	Problema/necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
3009 – MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social enfrentam situações emergenciais e temporárias que comprometem sua capacidade de garantir condições básicas de sobrevivência e proteção social.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Garantir acesso aos benefícios eventuais, contribuindo para proteção social, atendimento de necessidades emergenciais e redução dos impactos da vulnerabilidade e risco social.	Manutenção e expansão do Bolsa Dignidade; concessão de benefícios eventuais; orientação; auxílio em vulnerabilidade temporária; benefícios relacionados à natalidade e morte; apoio em emergências; avaliação socioassistencial; acompanhamento e encaminhamentos.	Benefícios eventuais concedidos e mantidos, assegurando atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.	Percentual de famílias em extrema pobreza atendidas pelo SUAS.	Atender 100% das famílias em situação de extrema pobreza alcançadas pelo serviço, conforme os critérios do SUAS.	R\$ 27.060,00

Ação Governamental (PPA)	Problema/necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
3010 – MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES E ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Necessidade de ampliar e qualificar a oferta de serviços, programas e projetos socioassistenciais e fortalecer a atuação integrada entre Poder Público e organizações da sociedade civil.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Fortalecer a cooperação entre Poder Público e organizações e entidades de assistência social, garantindo continuidade e qualidade dos serviços, programas e projetos.	Celebração e manutenção de parcerias; apoio à execução; acompanhamento e monitoramento; apoio técnico e institucional; articulação entre rede pública e privada; integração das entidades; acompanhamento de metas e resultados.	Parcerias mantidas e fortalecidas, com serviços, programas e projetos executados em articulação com a rede municipal.	Número de parcerias mantidas e acompanhadas.	Manter e acompanhar as parcerias previstas para a rede socioassistencial.	R\$ 4.510,00
1060 – CONSTRUÇÕES, AMPLIAÇÕES E REFORMAS DE UNID. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Deficiência e inadequação da infraestrutura física das unidades de assistência social, com necessidade de construção, ampliação e reforma para garantir espaços adequados, acessíveis, seguros e humanizados.	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Ampliar, modernizar e adequar a infraestrutura física das unidades de assistência social, garantindo espaços acessíveis, seguros, adequados e qualificados.	Construção de novas unidades; ampliação; reforma e manutenção; acessibilidade e segurança; melhorias elétricas, hidráulicas, sanitárias e estruturais; adequação de ambientes; elaboração de projetos, estudos e orçamentos.	Unidades e equipamentos de assistência social construídos, ampliados, reformados e adequados.	Número de unidades construídas, ampliadas ou reformadas.	Cumprir a meta física prevista no PPA para a infraestrutura da rede de assistência social.	R\$ 2.946.720,00

3.3 DA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

A Saúde entra na Agenda como cuidado contínuo, do pré-natal ao acompanhamento do crescimento, vacinação, alimentação, saúde mental e acesso a serviços especializados. Em 2026, a rede informou três Unidades Básicas de Saúde, sendo uma com necessidade de adequação estrutural e a unidade da comunidade Exú em fase de conclusão. O conjunto da rede registrou 2.043 usuários/atendimentos no recorte informado. A equipe de Atenção Primária foi informada como completa, sem déficit.

Na imunização, o painel oficial utilizado pela Secretaria registra as coberturas vacinais informadas para 2026. Abaixo, os percentuais são apresentados integralmente para facilitar a leitura e a atualização futura. Também foram realizados 10 Dias D de Multivacinação. Em 2025, a cobertura de poliomielite registrada foi de 87,84%, tendo 95% como referência.

Imunizante	Cobertura 2026	Imunizante	Cobertura 2026
BCG	77,08%	Hepatite B <30 dias	125%
Febre amarela – 1ª dose	81,25%	Poliomielite	81,25%
Pneumocócica	72,92%	Meningocócica C	85,42%
Pentavalente	81,25%	Rotavírus	79,17%
Hepatite A	68,75%	DTP – 1º reforço	79,17%
Tríplice viral – 1ª dose	75%	Pneumocócica – 1º reforço	77,08%
Poliomielite – 1º reforço	79,17%	Varicela	66,67%
Tríplice viral – 2ª dose	66,67%	Meningocócica C – 1º reforço	81,25%
DTP – 2º reforço	98,28%	Varicela – 2ª dose	89,66%
Febre amarela – reforço	86,21%	HPV (9 a 14 anos)	89,32%

Fonte: BRASIL. Ministério da Saúde. Cobertura Vacinal do Calendário Nacional; dados informados pela Secretaria Municipal de Saúde de Junco do Seridó, 2026.

Na adolescência, foram registradas cinco ações educativas sobre saúde sexual e reprodutiva em 2025 e quatro em 2026, totalizando nove ações. A rede disponibiliza gratuitamente preservativos femininos e masculinos, contraceptivos orais e injetáveis e Implanon. O SIAPS registra 100% para o indicador de pré-natal informado pela Secretaria; já o alcance de 90% em grupos de gestantes e rodas de conversa sobre aleitamento foi informado sem o denominador correspondente, devendo ser validado em atualização futura.

No cuidado continuado, o tempo médio de espera informado para consultas e exames especializados chega a cinco meses, dependendo da especialidade. A Secretaria não relata demanda reprimida para exames laboratoriais e informa que os exames de imagem também são realizados sem demanda reprimida, embora não tenham sido apresentados quantitativos por faixa etária. Na saúde mental, em 2025 foram realizadas duas ações com 49 participantes de 3 a 5 anos, duas ações com 116 participantes de 6 a 8 anos e uma ação com 83 participantes de 9 a 13 anos, além de 490 atendimentos individuais de crianças de 1 a 14 anos. De janeiro a setembro de 2026, foram uma ação com 8 participantes de 3 a 5 anos, uma com 20 de 6 a 8 anos, uma com 9 de 9 a 13 anos e 286 atendimentos individuais. Obesidade e doenças respiratórias aparecem entre os agravos mais frequentes.

O acompanhamento nutricional de crianças menores de 10 anos e o transporte sanitário ainda não possuem quantitativos consolidados no banco de dados utilizado para esta versão, e a unidade apresentada como “1” para puericultura não traz unidade de medida suficiente para ser interpretada com segurança. A Agenda registra essas lacunas para que sejam preenchidas com e-SUS/APS, SISVAN, registros da rede ou outros sistemas oficiais na próxima atualização, sem transformar informação incompleta em indicador.

No Programa Saúde na Escola, o levantamento mais recente registra 1.870 estudantes alcançados em seis escolas, com ações de antropometria, combate ao Aedes aegypti, Covid nas escolas, saúde mental, saúde ambiental, alimentação saudável, verificação da situação vacinal, cidadania e direitos humanos, práticas corporais e atividades físicas, saúde sexual e reprodutiva e saúde bucal. Quanto às violências, não houve notificação informada pela Secretaria para o recorte solicitado; o dado deve ser conferido no SINAN antes de cada atualização.

No atendimento socioeducativo, o PMASE prevê acesso à rede municipal do SUS, incluindo atenção básica, saúde mental e encaminhamentos especializados quando necessários, com acompanhamento intersetorial. O plano não informa o quantitativo de adolescentes efetivamente acompanhados pela Saúde; por isso, a execução deverá ser atualizada a partir dos registros municipais. O mesmo princípio vale para indicadores de óbitos, internações e agravos, para os quais o banco apenas indica o DATASUS como fonte, sem apresentar números no recorte infantojuvenil.

Ação Governamental (PPA) / tema	Problema/ necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
2026 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA Tema: Cobertura vacinal contra HPV	Baixa adesão da população à vacinação.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENT O DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIV AS DO PODER EXECUTIVO	Melhorar a cobertura vacinal e ampliar a adesão às ações de imunização.	Campanhas de vacinação, busca ativa e monitorament o frequente da cobertura vacinal, em articulação com a rede escolar quando pertinente.	População imunizada, com atenção ao público adolescente.	Cobertura vacinal contra HPV.	Alcançar cobertura vacinal de 95%.	R\$ 3.131.170,00
2023 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA Tema: Prevenção da gravidez na adolescência	Aumento da gravidez na adolescência.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENT O DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIV AS DO PODER EXECUTIVO	Conscientizar adolescentes sobre saúde sexual e reprodutiva, prevenção da gravidez, prevenção de ISTs e planejamento familiar.	Palestras educativas nas escolas; rodas de conversa; atividades sobre métodos contraceptivos , prevenção de ISTs, projeto de vida e acesso a orientação e insumos de prevenção.	Adolescentes alcançados por ações educativas e de prevenção.	Redução da proporção de gravidez na adolescência no município.	Reduzir em 10% os casos de gravidez na adolescência.	R\$ 42.125.658,00

Ação Governamental (PPA) / tema	Problema/ necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
1010 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNID. SAÚDE – AT. BÁSICA Tema: Unidade Básica de Saúde – comunidade Exu	Ausência de uma Unidade Básica de Saúde com estrutura física adequada na comunidade Exu.	HUMANIZAÇÃO DA ATENÇÃO E GESTÃO EM SAÚDE	Ampliar e adequar a infraestrutura da Atenção Básica, favorecendo o acesso e a qualidade do atendimento.	Construção, ampliação e reforma de unidade de saúde da Atenção Básica.	Unidade de saúde construída, ampliada ou reformada e em condições adequadas de atendimento.	Número de unidades de saúde construídas, ampliadas ou reformadas.	Cumprir a meta física do PPA: 1 unidade por ano, conforme programação orçamentária.	R\$ 3.788.640,00
1029 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MAQ. EQUIP. E MOBILIÁRIOS – AT. BÁSICA Tema: Transporte municipal de saúde	Veículos reduzidos para atender às necessidades de deslocamento da população e das equipes.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Ampliar a capacidade logística da Atenção Básica e o acesso da população aos serviços de saúde.	Aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e mobiliários para a Atenção Básica.	Veículos e equipamentos disponíveis para apoiar o acesso e o funcionamento dos serviços de saúde.	Quantidade de veículos/equipamentos adquiridos e disponíveis.	Cumprir a meta física anual de 1 unidade prevista no PPA para esta ação.	R\$ 1.946.160,00
2024 – MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA Tema: Saúde especializada	Alta demanda por consultas especializadas e exames.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PODER EXECUTIVO	Fortalecer o acesso da população aos serviços especializados.	Manter a oferta de consultas com médicos especialistas e garantir a realização de exames laboratoriais e de imagem.	Consultas e exames especializados ofertados, com acompanhamento da demanda.	Percentual de usuários atendidos nos serviços especializados.	Assegurar em 90% a oferta dos serviços ofertados pelo município.	R\$ 3.992.990,00

Ação Governamental (PPA) / tema	Problema/ necessidade	Programa do PPA / incidência	Objetivo	Ação/estratégia	Entrega	Indicador	Meta	Orçamento – Valor total
2023 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA Tema: Atenção Primária – acompanhamento e doenças crônicas	Crescente demanda por atendimentos e acompanhamento de usuários com doenças crônicas.	ASSEGURAR O FUNCIONAMENT O DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIV AS DO PODER EXECUTIVO	Fortalecer o acesso e a continuidade do cuidado na Atenção Primária à Saúde.	Manter a oferta dos serviços nas unidades básicas e qualificar as ações desenvolvidas na Atenção Primária.	Acompanhamen to contínuo dos usuários e manutenção dos serviços da Atenção Primária.	Indicadores do novo cofinanciamento da Atenção Primária.	Assegurar 100% da oferta dos serviços previstos para a Atenção Primária, conforme a organização municipal.	R\$ 42.125.658,00
5004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA NA PRIMEIRA INFÂNCIA Tema: Acompanhamento nutricional infantil	Necessidade de garantir o registro e o acompanhament o nutricional de crianças menores de 10 anos.	PRIMEIRA INFÂNCIA	Fortalecer o acompanhame nto do crescimento, desenvolvimen to e estado nutricional na primeira infância.	Manutenção das atividades de Atenção Básica na primeira infância, com acompanham ento nutricional nas unidades de saúde e, quando articulado, nas escolas.	Crianças acompanhadas e com registro atualizado do seu estado nutricional.	Percentual de crianças menores de 10 anos com registro do estado nutricional realizado.	Definir a meta numérica após validação da linha de base e do denominador municipal.	R\$ 505.140,00

4. MATRIZ DE INTEGRAÇÃO DA AGENDA TRANSVERSAL

A matriz a seguir sintetiza os pontos em que as três políticas se encontram. O diagnóstico intersetorial registra oito reuniões realizadas em 2025 e 2026, mecanismos de articulação entre as secretarias e fluxos relacionados à saúde mental, violência e escuta protegida. Também foram registradas ações de Busca Ativa Escolar, Busca Ativa Vacinal e levantamento territorial pelos Agentes Comunitários de Saúde.

Entre os exemplos de integração estão a prevenção da gravidez na adolescência, o acompanhamento nutricional de crianças menores de 10 anos, as ações do Programa Saúde na Escola e os fluxos de atendimento socioeducativo. No campo escola-saúde, o Plano Municipal de Saúde prevê 50% dos escolares com escovação supervisionada, 50% com aplicação tópica de flúor e 80% das ações do PSE pactuadas; a produção atualizada do PSE registra 1.870 estudantes alcançados em seis escolas. Esses indicadores devem ser acompanhados conjuntamente para que o planejamento não fique separado da execução.

O diagnóstico também aponta maior concentração de vulnerabilidades intersetoriais no Bairro Bela Vista, no Bairro Santa Edwrigens, Santo Antônio e na Comunidade Carneira, conforme o RMA de 2025. Para a socioeducação, o PMASE define fluxo entre Vara da Infância e Juventude, Assistência Social, CREAS/Proteção Social Especial, PIA e acompanhamento intersetorial, com participação do CMDCA, Conselho Tutelar e Sistema de Justiça. A participação do adolescente na construção do PIA e o acesso articulado a Educação, Saúde e Assistência devem ser preservados como parte do acompanhamento.

A matriz deve ser atualizada quando houver novos fluxos, ações conjuntas ou mudanças relevantes na rede.

Dimensão de integração	Educação	Assistência Social	Saúde	Articulação intersetorial
Desenvolvimento integral na primeira infância	Educação Infantil; infraestrutura; manutenção; equipamentos; permanência e desenvolvimento.	Programa Criança Feliz; Proteção Social Básica; acompanhamento familiar; SCFV.	Imunização; puericultura; pré-natal; aleitamento; acompanhamento nutricional.	Integração entre escola, serviços socioassistenciais e Atenção Primária.
Proteção integral e prevenção das violências	Escola como espaço de proteção; acompanhamento da frequência; ações pedagógicas inclusivas.	CRAS/SCFV; PAEFI/CREAS; benefícios; CMDCA e controle social.	Vigilância; Atenção Primária; identificação de situações de violência e vulnerabilidade.	Integração entre escola, serviços socioassistenciais e Atenção Primária; acompanhamento familiar e ações de proteção na primeira infância.
Permanência escolar e redução de vulnerabilidades	Manutenção do Ensino Fundamental; infraestrutura; transporte e equipamentos.	Acompanhamento de famílias e condicionalidades; PAIF; SCFV.	Ações de saúde relacionadas à permanência e ao cuidado integral.	Fluxos de encaminhamento, acompanhamento e resposta articulada; mecanismos para violência, saúde mental e escuta protegida.
Saúde e prevenção na adolescência	Parcerias com escolas e ações educativas.	Ações socioeducativas e fortalecimento de vínculos.	Saúde sexual e reprodutiva; prevenção de ISTs e gravidez; educação em saúde.	Busca Ativa Escolar e Vacinal, acompanhamento de condicionalidades e troca de informações entre os serviços.
Participação e protagonismo juvenil	Acesso à educação e oportunidades de desenvolvimento.	SCFV; participação social; NUCA.	Educação em saúde e fortalecimento da autonomia.	NUCA, SCFV, Semana da Juventude e participação ativa do adolescente no PIA e nas ações comunitárias.

5. DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento deve permitir uma comparação objetiva entre o que foi planejado, o que foi executado e o que mudou na vida de crianças e adolescentes. A atualização semestral deverá considerar indicadores, metas, execução física e financeira disponível, resultados e evidências de articulação entre as políticas, sem confundir previsão orçamentária com execução.

Cada atualização deverá registrar fonte, período de referência, recorte utilizado e, quando houver, documento ou link de comprovação. No caso de dados administrativos, devem ser identificados o relatório ou sistema utilizado, como RMA, VSUAS/CRAS-PAIF, registros das Secretarias, e-SUS/APS, SIAPS, DATASUS ou painéis oficiais. Quando não houver dado atualizado ou o campo não tiver unidade de medida suficiente, a ausência deverá ser registrada expressamente.

Entre os indicadores prioritários estão os resultados educacionais e de permanência escolar, cobertura vacinal, saúde sexual e reprodutiva, acompanhamento nutricional, alcance dos serviços socioassistenciais, situações de violação de direitos, participação dos adolescentes e, no campo intersetorial, reuniões da rede, busca ativa, encaminhamentos, PSE e atendimento socioeducativo. Indicadores sem dado consolidado nesta versão deverão permanecer identificados como lacunas, com indicação da base que deverá ser consultada na próxima rodada.

A avaliação terá caráter prático e participativo. Em cada rodada, deverão ser registrados avanços, dificuldades, ações que precisam ser reforçadas e encaminhamentos que dependam de mais de uma secretaria, para que a Agenda continue útil à gestão e ao controle social.

A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Desenvolvimento Econômico ficará com a área municipal responsável pelo planejamento e finanças, em articulação com o CMDCA. As secretarias responsáveis pelas ações deverão atualizar os dados e apresentar as evidências de sua área; o CMDCA acompanhará os resultados e fortalecerá o controle social.

À área de planejamento caberá consolidar as informações, organizar as rodadas de atualização e preservar a comparabilidade dos dados e a relação entre planejamento, orçamento e execução.

Ao CMDCA caberá acompanhar as atualizações, discutir os resultados e registrar recomendações quando necessário, considerando a perspectiva de proteção integral e os direitos das crianças e adolescentes.

Educação, Saúde, Assistência Social e as demais áreas envolvidas deverão fornecer dados e evidências dentro de suas atribuições. O registro contínuo das reuniões, buscas ativas, fluxos de proteção, Programa Saúde na Escola e atendimento socioeducativo será parte importante da avaliação da articulação intersetorial.

O acompanhamento deverá observar o ECA, o Plano Municipal pela Primeira Infância, o SUAS, o SUS, os planos municipais setoriais e as orientações do Selo UNICEF, mantendo os indicadores municipais vinculados aos compromissos que já orientam a atuação do município.

O monitoramento será realizado semestralmente ao longo do ciclo 2026–2029. A cada rodada, o município poderá comparar metas e resultados, registrar lacunas e ajustar as ações que dependam de atuação conjunta.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda Transversal reúne, em uma mesma leitura, ações de Educação, Assistência Social e Saúde que já fazem parte do planejamento municipal e mostra onde essas políticas precisam atuar juntas para garantir direitos de crianças e adolescentes. A incorporação dos dados das secretarias, dos planos municipais, dos RMA, dos sistemas administrativos e dos painéis oficiais torna o documento mais próximo da realidade do município, ao mesmo tempo em que deixa visíveis as informações que ainda precisam ser atualizadas.

Sua utilidade, ao longo de 2026–2029, dependerá da atualização semestral dos indicadores e evidências. Assim, a Agenda poderá acompanhar o que foi executado, verificar a distância entre metas e resultados, registrar mudanças no território e orientar ajustes no planejamento municipal, mantendo a fonte e o período de cada dado para preservar a comparabilidade ao longo do ciclo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Art. 227 e dispositivos relacionados à proteção integral e à prioridade dos direitos de crianças e adolescentes.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

_____. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

_____. **Ministério da Saúde. Cobertura Vacinal do Calendário Nacional: dados do Município de Junco do Seridó**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025a. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/SEIDIGI_DEMAS_VACINACAO_CALENDARIO_NACIONAL_COBERTURA_RESIDENCIA/index.html. Acesso em: 28 set. 2026.

_____. **Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC): dados de nascidos vivos de mães adolescentes, 2025**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2025b.

_____. **Ministério da Saúde. Programa Saúde na Escola: painel de acompanhamento**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojOTdmYWl5YTctNzRmZi00ODIxLTkzNTAtYzA0N2FmMjUwMjYxIiwidCI6ImMwMGlyODIwLTZhMWMtNDMyNS1iMTZmLTg1ZjQ5YmMzYjMyYyJ9>. Acesso em: 28 set. 2026.

_____. **Ministério da Saúde. Sistema de Informação da Atenção Primária à Saúde (SIAPS)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026b. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/carrossel-de-destaques/mobile/siaps-sistema-de-informacao-da-atencao-primaria-a-saude-acesse/view>. Acesso em: 28 set. 2026.

_____. **Ministério da Saúde. DataSUS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026c. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/seidigi/datasus/datasus>. Acesso em: 28 set. 2026.

_____. **Ministério da Saúde. e-Gestor Atenção Primária**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026d.

_____. **Ministério da Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN): dados de acompanhamento nutricional utilizados na contextualização da saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2026.

_____. **Ministério do Planejamento e Orçamento. Relatório Agenda Transversal Criança e Adolescente: 2025, ano-base 2024**. Brasília, DF: MPO, 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Selo UNICEF – Edição 2025–2028: linha de base e indicadores utilizados no acompanhamento municipal**. Brasília, DF: UNICEF, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.**

JUNCO DO SERIDÓ (Município). **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto 2026–2036.** Junco do Seridó, PB: Município de Junco do Seridó, 2026b.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029.** Junco do Seridó, PB: Município de Junco do Seridó, 2025b.

_____. **Plano Municipal de Educação de Junco do Seridó: relatório decenal 2015–2025.** Junco do Seridó, PB: Município de Junco do Seridó, 2025a.

_____. **Plano Municipal de Saúde 2022–2025.** Junco do Seridó, PB: Município de Junco do Seridó, 2022.

_____. **Plano Municipal pela Primeira Infância.** Junco do Seridó, PB: Município de Junco do Seridó, s.d.

_____. **Plano Plurianual – PPA 2026–2029.** Junco do Seridó, PB: Município de Junco do Seridó, 2026a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nova York: ONU, 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; FUNDAÇÃO SANTILLANA; EDITORA MODERNA. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024.** São Paulo: Todos Pela Educação; Fundação Santillana; Editora Moderna, 2024. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2024/index.html>. Acesso em: 28 set. 2026.

Valorizar é impulsionar!

Parabenizamos a equipe do Selo-UNICEF,
Ciclo 2025-2028, pelo trabalho conjunto na coleta
de dados, organização e integração das informações,
que resultaram na elaboração e formatação da presente
Agenda Transversal de Junco do Seridó, Paraíba!

**Sua contribuição fortalece
às Políticas Públicas voltada
às Crianças e do Adolescentes
em nossa cidade!**



PREFEITURA MUNICIPAL DE

**JUNCO
DO SERIDÓ**

